

**A CASA COMO SÍMBOLO DE UMA
CIVILIZAÇÃO: A CONSTRUÇÃO DISCURSIVA DA
CASA-GRANDE COMO UM LUGAR DE
MEMÓRIA NACIONAL EM CASA-GRANDE E
SENZALA**

Vera Chacham
vchacham@hotmail.com

**INSTITUTO ESTADUAL DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E
ARTÍSTICO DE MINAS GERAIS**

A casa como símbolo de uma civilização: a construção discursiva da casa-grande como um lugar de memória nacional em Casa-Grande e Senzala

Vera Chacham¹

Palavras-chave: Patrimônio, Gilberto Freyre, SPHAN, Casa-Grande e Senzala

Resumo:

A sede de fazenda dos séculos XVIII e XIX tem sua importância, enquanto patrimônio histórico e artístico, reafirmada ao longo do século XX em tombamentos realizados pelos órgãos de proteção do patrimônio cultural. Cabe, assim, trazer à tona um dos discursos fundadores do valor histórico e nacional da fazenda, em cuja casa encontra-se não somente vestígios da boa tradição da arquitetura brasileira, mas, sobretudo o testemunho histórico do Brasil patriarcal. O objetivo desta comunicação é trazer à tona alguns elementos que, em Casa-grande e Senzala e Sobrados e Mocambos, apontam para uma construção discursiva da fazenda um lugar digno de memória nacional.

¹ Vera Chacham é Diretora de Proteção e Memória do IEPHA-MG. Sua participação no 2º Seminário de Patrimônio Agroindustrial: Lugares de Memória somente foi possível com o auxílio financeiro da FAPEMIG.

“Feias e fortes”. A expressão é utilizada por Gilberto Freyre, em *Casa Grande e Senzala*, para fazer referência ao “imenso poderio feudal” representado pelas casas dos senhores rurais nos primeiros séculos da história do Brasil. Esse poder encarnado nas casas-grandes é contraposto por Freyre, de forma recorrente, ora ao poder do estado ora ao poder da igreja, no intuito de situá-lo como fundamento maior na colonização portuguesa do Brasil e na formação da civilização brasileira:

A família, não o indivíduo, nem tampouco o Estado nem nenhuma companhia de comércio, é desde o século XVI o grande fator colonizador no Brasil, a unidade produtiva, o capital que desbrava o solo, instala as fazendas, compra escravos, bois, ferramentas, a força social que se desdobra em política, constituindo-se na aristocracia colonial mais poderosa da América. Sobre ela o rei de Portugal quase que reina sem governar (...) (FREYRE, 2002:166)

Para demonstrar esse domínio da família patriarcal, Freyre desconstrói algumas interpretações historiográficas que atribuem importância primordial a outros fatores na colonização, inclusive aquelas que dão ênfase aos indivíduos (sobretudo aos degredados e à sua pretensa inferioridade):

A colonização por indivíduos – soldados de fortuna, aventureiros, cristãos-novos fugidos à perseguição religiosa, naufragos, traficantes de escravos, de papagaios e de madeira – quase não deixou traço na plástica econômica do Brasil. Ficou tão no raso, tão à superfície e durou tão pouco que política e economicamente esse povoamento irregular e à-toa não chegou a definir-se em sistema colonizador. (FREYRE, 2002:166)

Diferentemente desta presença fragmentada e quase sem traço, a atividade da igreja católica (sobretudo na forma do “cristianismo liricamente social”) possui para Freyre uma importância histórica inquestionável:

A partir de 1532, a colonização portuguesa do Brasil, do mesmo modo que a inglesa da América do Norte e ao contrário da espanhola e da francesa nas duas Américas caracteriza-se pelo domínio quase exclusivo da família rural ou semi-rural. Domínio a que só o da Igreja faz sombra, através da atividade, às vezes hostil ao familismo, dos padres da Companhia de Jesus. (FREYRE: 2002, p.166)

No contexto em que Freyre escreve, os traços deixados pela atividade da igreja católica pareciam, contudo, ser bem mais visíveis do que aqueles deixados pelo domínio da família rural. Enquanto lugar privilegiado da expressão do barroco, a igreja começou a ter garantido, à mesma época da publicação das primeiras obras de Freyre, seu lugar na memória

nacional: o barroco tornava-se o principal foco da política de preservação – por sua capacidade de inserir o Brasil na “universalidade da arte européia e ao mesmo tempo garantido-lhe particularidades” (CHUVA, 2003: 321). Mas se para muitos intelectuais Minas Gerais já tornava o berço de uma civilização brasileira, sendo o barroco “percebido como a primeira manifestação cultural tipicamente brasileira,” (Marisa Veloso Mota Santos APUD. FONSECA: 1997: p. 93), certa resistência a essas idéias –Minas como berço da civilização, a arte religiosa como a primeira manifestação cultural tipicamente brasileira- aparece no texto de Freyre. Para ele não resta dúvida que “A casa-grande venceu no Brasil a Igreja, nos impulsos que esta a princípio manifestou para ser a dona da terra. Vencido o jesuíta, o senhor de engenho ficou dominando a colônia quase sozinho. O verdadeiro dono do Brasil. Mais do que os vice-reis e os bispos”. (FREYRE: 2002, p.132).

Não se trata, para Freyre, de questionar a importância histórica da igreja ou a superioridade artística das obras religiosas, mas de estabelecer uma espécie de hierarquia no que se refere à memória nacional. Assim, se para Freyre a “arquitetura jesuítica e de igreja foi, não há dúvida, e nisto me encontro de inteiro acordo com José Mariano Filho, a expressão mais alta e erudita de arquitetura no Brasil Colonial” (FREYRE: 2002,131-132), ele reafirma, sempre que pode, a defesa da importância maior da grande propriedade rural, parecendo querer demonstrar que há alguma coisa mais importante do que a beleza quando se trata de memória:

A força concentrou-se nas mãos dos senhores rurais. Donos das terras. Donos dos homens. Donos das mulheres. Suas casas representam esse imenso poderio feudal. Feias e fortes. Paredes grossas. Alicerces profundos. Óleo de baleia. Refere uma tradição nortista que um senhor de engenho mais ansioso de perpetuidade não se conteve: mandou matar dois escravos e enterrá-los nos alicerces da casa. O suor e às vezes o sangue dos negros foi o óleo que mais do que o de baleia ajudou a dar aos alicerces das casas-grandes sua consistência quase de fortaleza. (FREYRE, 2002: 132)

Feita uma espécie de justiça histórica, ou historiográfica, isto é, o esclarecimento do verdadeiro valor que tiveram os fatos determinantes na formação da sociedade brasileira –o poder dos senhores de engenho-, o autor procura mostrar que a memória que restava enquanto vestígio não seguia necessariamente a verdade histórica:

*O irônico, porém, é que, por falta de potencial humano, toda essa solidez arrogante de forma e de material foi muitas vezes inútil: na terceira ou quarta geração, casas enormes edificadas para atravessar séculos começaram a esfarelar-se de podres por abandono e falta de conservação. Incapacidade dos bisnetos ou mesmo netos para conservarem a herança ancestral. Vêem-se ainda em Pernambuco as ruínas do grande solar dos barões de Mercês; neste até as cavaliças tiveram alicerces de fortaleza. Mas toda essa glória virou monturo. **No fim das contas as igrejas é que têm sobrevivido às casas-grandes.** (...) (grifo nosso)(FREYRE, 2002:132)*

Publicado em 1933, o livro *Casa Grande e Senzala* é quase contemporâneo à criação do SPHAN e seu autor, como bem mostrou Silvana Rubino, não foi somente uma presença constante nas publicações do SPHAN como se tornou uma referência para os arquitetos do patrimônio (RUBINO, 1993:77; RUBINO, 2003: 270-271), pois “é na elucidação do que representa a casa-grande, esse grande fenômeno total, que Gilberto Freyre demonstra o que pode contar um bem arquitetônico” (RUBINO, 1993: 77). Mas o fato de Freyre ter se tornado “o sociólogo dos arquitetos” e ter se tornado fonte de legitimação do discurso destes no interior do SPHAN – consideração extremamente importante e que deve ser verificada empiricamente - e de buscar, por outro lado, uma “caracterização semântica do complexo sociológico” na terminologia dos arquitetos², não significa que a arquitetura, ou a boa tradição da casa grande, seja o dado mais importante na construção discursiva em *Casa Grande e Senzala*, como talvez venha a ser em obras posteriores de Freyre. Há, sim, em *Casa Grande e Senzala*, segundo acreditamos, uma preocupação muito clara do autor em buscar um lugar na memória nacional para tudo aquilo representado, sintetizado, abarcado pela casa-grande.

Se é verdade que a idéia da casa grande como boa tradição a ser preservada e mesmo retomada irá revelar-se cada vez com maior clareza em Freyre, é preciso notar que a valorização da casa grande como lugar de memória nasce no contexto da busca de sua compreensão histórica. O esforço para legitimar e demonstrar o valor histórico daquilo que normalmente não é considerado histórico é o que primeiro chama nossa atenção no texto de Freyre. O primeiro esforço do autor é valorizar a casa grande justamente como o símbolo de uma civilização original.

Não se pode esquecer o sentido bastante restrito do que era, então, considerado histórico, ou digno de valor histórico. Isso significa que a atribuição do valor histórico a um bem dificilmente poderia abranger algo além do que no século XIX era definido e entendido como historicamente relevante. Em boa medida, a justificativa do valor histórico de um bem cultural repousava, até bem pouco tempo (e ainda hoje) ao seu pertencimento e associação a uma figura importante na *história nacional*, ou à sua relação com um evento dessa mesma história. Sem desmerecer o valor desses marcos, é possível notar que já na década de 30 parecia estar ocorrendo uma transformação, também pela via do patrimônio, do que se considerava como relevante historicamente e como merecedor de tornar-se lugar de memória nacional.

No prefácio à segunda edição de *Sobrados e Mucambos* (cuja primeira edição é de 1936), Freyre explicita a sua preocupação em buscar o reconhecimento, e demonstrar a relevância, de outros lugares da história, construindo seu texto, inicialmente, por meio da contraposição às tendências dominantes do que se considerava como histórico, ou digno de memória:

² Para Henrique Mindlin, como lembra RUBINO (1993,79), “é na terminologia dos arquitetos que Freyre “vai buscar a caracterização semântica do complexo sociológico que mais lhe importa estudar para chegar a explicar a nossa gente: Casa Grande e Senzala na fase ascensional do patriarcado rural, Sobrados e Mucambos na fase de decadência e desagregação.”

O centro de interesse para o nosso estudo de choques de raças, entre culturas, entre idades, entre cores, entre os dois sexos, não é nenhum campo sensacional de batalha – Palmares, Canudos, Pedra Bonita – onde os antagonismos de raça, e, principalmente, os de cultura, tomaram, por vezes, formas as mais dramáticas em nosso país. (FREYRE: 2002, 659)

Para Freyre, *campos sensacionais* de batalhas existiram, e neles ocorreram, “por vezes”, antagonismos de raça sob formas dramáticas, mas

O centro de interesse para o nosso estudo desses antagonismos e das acomodações que lhes atenuaram as dureza, continua a ser a casa – a casa maior em relação com a menor, as duas em relação à rua, com a praça, com a terra, com o solo, com o mato, com o próprio mar (FREYRE: 2002, 659)

Lugares de batalha, de guerra, claramente datáveis, não são o que o autor julga ser o mais importante na história do Brasil. Conflitos *extremados* ou *dramáticos* são claramente visíveis enquanto fatos, mas o seu tema ultrapassaria os tempos, lugares e formas - mais explícitos, e expostos, da historiografia, à medida que mais do que um acontecimento histórico, tratar-se-ia de um sistema, e um fato social de longa duração:

A casa-grande, completada pela senzala, representa todo um sistema econômico, social, político: de produção (a monocultura latifundiária); de trabalho (a escravidão; de transporte (o carro de boi, o bangüê, a rede, o cavalo); de religião (o catolicismo de família, com capelão subordinado ao pater famílias, culto dos mortos, etc.); de vida sexual e de família (o patriarcalismo polígamo); de higiene do corpo e da casa (o “tigre”, a touceira de ananeira, o banho de rio, o banho de gamela, o banho de assento, o lava-pés); de política (o compadrismo). Desse patriarcalismo absorvente dos tempos coloniais a casa-grande do engenho Noruega, em Pernambuco, cheia de salas, quartos, corredores, duas cozinhas de convento, despesa capela, puxadas, parece-me expressão sincera e completa. (FREYRE: 2002, p.131)

Ao representar um todo *um sistema econômico, social, político*, o valor histórico é diverso do que tradicionalmente se considera como historicamente relevante, pois a casa-grande representaria, para fazermos uma referência a um admirador francês do livro de Freyre, um evento de longa duração.

Contudo, no texto de Freyre não estava em questão somente o que deve ser relevante historicamente, o que era relevante para a compreensão da história brasileira, mas também o que possuía representatividade nacional, e caráter nacional. No prefácio à primeira edição de Casa grande e senzala, a preocupação do autor se dá, assim, no sentido de explicitar o caráter

genuinamente brasileiro daquela expressão do patriarcalismo, definindo-a como resultante de uma experiência nacional, original.

A casa-grande de engenho que o colonizador começou, ainda no século XVI, a levantar no Brasil – grossas paredes de taipa ou de pedra e cal, coberta de palha ou de telha-vã, alpendre na frente e dos lados, telhados caídos um máximo de proteção contra o sol forte e as chuvas tropicais – não foi nenhuma reprodução das casas portuguesas, mas uma expressão nova, correspondendo ao nosso ambiente físico e a uma fase surpreendente, inesperada, do imperialismo português: sua atividade agrária e sedentária nos trópicos; seu patriarcalismo rural e escravocrata. (...) (Freyre: 2002, p. 130) (grifos nossos)

A originalidade da casa brasileira em relação à casa e à história portuguesas é um argumento importante para a definição de uma identidade nacional. A diferenciação entre Brasil e Portugal era fundamental para que Freyre demonstrasse que a casa-grande, assim como a arte barroca, dizia respeito a uma especificidade da civilização brasileira:

Basta comparar-se a planta de uma casa-grande brasileira do século XVI com a de um solar lusitano do século XV para sentir-se a diferença enorme entre o português do reino e o português do Brasil. Distanciado o brasileiro do reino por um século apenas de vida patriarcal e de atividade agrária nos trópicos já é quase outra raça, exprimindo-se noutro tipo de casa.

Contudo, antes de tornarem-se expressão de uma civilização nova, a casa-grande e a atividade agrária a ela relacionada são a própria demonstração da capacidade do português em dominar o meio natural, são o fundamento de uma civilização que não se deu facilmente: a casa é a afirmação, primeiramente, da capacidade de domínio do homem sobre a natureza:

O português vinha encontrar na América tropical uma terra de vida aparentemente fácil; na verdade difícilíssima para quem quisesse aqui organizar qualquer forma permanente ou adiantada de economia e de sociedade. Se é certo que os países de clima quente o homem pode viver sem esforço da abundância de produtos espontâneos, convém, por outro lado, não esquecer que igualmente exuberantes são, nesses países, as formas perniciosas de vida vegetal e animal, inimigas de toda cultura agrícola organizada e de todo trabalho regular e sistemático. (FREYRE: 2002, 164)

Freyre procura demonstrar que foi dentro de “condições físicas adversas que se exerceu o esforço civilizador dos portugueses nos trópicos” pois,

Tivessem sido aquelas condições as fáceis e doces de que falam os panegiristas da nossa natureza e teriam razão os sociólogos e economistas que, contrastando o difícil triunfo lusitano no Brasil com o rápido e sensacional dos ingleses naquela parte da América de clima estimulante (FREYRE:2002,164)

É importante para Freyre destacar esta capacidade de conquista por meio da civilização pois, como outros autores já observaram, Gilberto Freyre, ao salientar as dificuldades inerentes a um clima tropical como o do Brasil, “procura ressaltar o esforço português dentro de condições físicas bastante adversas, combatendo idéias que concluem pela superioridade dos brancos, dólicos-louros (...) sobre as outras raças” (FROEHLICH, 2000):

De qualquer modo, o certo é que os portugueses triunfaram onde outros europeus falharam: de formação portuguesa é a primeira sociedade moderna constituída nos trópicos com características nacionais e qualidades de permanência. Qualidades que no Brasil madrugaram, em vez de se retardarem como nas possessões de ingleses, franceses e holandeses. (FREYRE, 2002: 160)

Tratar-se-ia de uma demonstração de inovação, e ao que parece, até de superioridade da colonização portuguesa:

Antes de vitoriosa a colonização portuguesa do Brasil, não se compreendia outro tipo de domínio europeu nas regiões tropicais que não fosse o da exploração comercial através de feitorias ou da pura extração de riqueza mineral. Em nenhum dos casos se considerara a sério o prolongamento da vida européia ou a adaptação dos seus valores morais e materiais a meio e climas tão diversos; tão mórbidos e dissolventes.

A colonização portuguesa possibilita a *permanência* onde dificilmente esta poderia ser esperada, e ao fazê-lo torna possível o surgimento de uma *civilização original, diversa da portuguesa*. Ao tornar a casa-grande expressão de uma civilização nova, Freyre reagirá também à crítica de que a casa-grande possuía apenas representatividade regional e não nacional:

A casa-grande, embora associada particularmente ao engenho de cana, ao patriarcalismo nortista, não se deve considerar expressão exclusiva do açúcar, mas da monocultura escravocrata e latifundiária em geral: criou-a no sul o café tão brasileiro como no Norte o açúcar. Percorrendo-se a antiga zona fluminense e paulista dos cafezais, sente-se, nos casarões em ruínas, nas terras ainda sangrando das derrubadas e dos processos de lavoura latifundiária, a expressão do mesmo impulso econômico em em Pernambuco criou as casas-grandes de Megaípe, de Anjos, de Noruega, de Monjope, de Gaipió, de Morenos; e devastou parte considerável da região chamada da mata. (FREYRE: 2002: 37)

A extensão da importância da casa grande no Brasil é mais um entre os elementos com os quais Freyre procura legitimar seu objeto, o sistema casa-grande e senzala, como que buscando justificar seu lugar na memória histórica nacional. Com ele, a crítica à noção tradicional do que seria *histórico*, por meio do esforço em mostrar a importância estrutural do sistema patriarcal em

contraste com outros esforços de colonização, a demonstração da diferença em relação à tradição portuguesa, a lembrança recorrente da importância da casa-grande frente à igreja e a própria afirmação da civilização sobre a natureza encontram-se, no nosso entender, situados em um debate sobre a memória nacional, em uma luta por um lugar na memória.

Bibliografia

- CHUVA, Márcia. Fundando a nação: a representação de um Brasil barroco, moderno e civilizado. *Topoi*, vol. 4, n.7, jul-dez 2003, p. 313-333.
- FONSECA, Maria Cecília L. *O Patrimônio Em Processo*. RJ: UFRJ/IPHAN, 1997.
- FREYRE, Gilberto. *Casa-grande & senzala*. In *Intérpretes do Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2002.
- FREYRE, Gilberto. *Sobrados e mucambos*. In *Intérpretes do Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2002.
- FREYRE, Gilberto. Nordeste. Aspectos da Influência da Cana sobre a vida e a paisagem do Nordeste do Brasil. 6.ed. Rio de Janeiro: Record, 1989.
- FROEHLICH, José Marcos. Gilberto Freyre, a história ambiental e a 'rurbanização'. *História, Ciências, Saúde –Manguinhos* vol. 7. n. 2. Rio de Janeiro, julho/outubro de 2000.
- RUBINO, S. . Gilberto Freyre e Lúcio Costa, ou a 'boa tradição'. *Óculum*, Campinas, v. 02, p. 77-80, 1993.
- RUBINO, S. Entre o CIAM e o SPHAN: diálogos entre Lúcio Costa e Gilberto Freyre. In: Ethel Volfson Kosminsky; Claude Lépine; Fernanda Arêas Peixoto. (Org.). *Gilberto Freyre em quatro tempos*. Bauru: Editora da Universidade do Sagrado Coração/Editora da UNESP, 2003, v., p. 267-285.
- RUBINO, S. O mapa do Brasil passado. *Revista do IPHAN* n.24, 1996.